

# MUNICÍPIOS



*Em abril o PT reuniu prefeitos e prefeitas em Brasília para organizar a ação e pensar as eleições de 2020. No final do mês, reuniu vereadores e vereadoras. Também em Brasília, a CNM realizou sua 22ª Marcha em Defesa dos Municípios, à qual Bolsonaro compareceu e fez uma série de promessas às prefeituras.*

## **Prefeitos recebem promessas do governo.**

Em abril a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) promoveu a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Foi o primeiro evento de prefeitos e prefeitas com a participação do presidente Bolsonaro. O governo apresentou uma série de benesses que estaria pensando em fazer para as prefeituras.

Desde o período eleitoral, passando pelo tempo transcorrido entre as eleições e a posse, Bolsonaro não aceitou nenhum convite feito pelas demais entidades do municipalismo brasileiro e resolveu ir à Marcha. A Associação Brasileira de Municípios (ABM) convidou o presidente para o Encontro Nacional de Municípios em novembro e para a Assembleia em março, sem nenhuma resposta. A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) convidou-o para sua Reunião Semestral em novembro e para a posse de sua nova diretoria em abril, também com negativas.

A marcha da CNM contou com mais de oito mil pessoas e a presença significativa de prefeitos e prefeitos de diversos estados. Desde o intenso apoio do governo Lula, a Marcha tornou-se o principal

evento do municipalismo, com tradicional anúncio de benesses aos municípios e a presença maciça do governo, seus ministérios, bancos e organismos.

Durante seu curto discurso, cerca de oito minutos incluindo os cumprimentos, Bolsonaro pouco disse, divagou e, ao final, anunciou o apoio do governo à PEC que eleva em 1% o FPM – Fundo de Participação dos Municípios, aprovada no Senado e que tramita na Câmara. Essa PEC, apresentada pelo Senador Raimundo Lira, amplia o FPM de 24,5% para 25,5% do Imposto de Renda e do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados. O ex-presidente Lula já havia aumentado de 22,5% para 23,5% e depois a ex-presidenta Dilma ampliado para 24,5%.

Segundo a própria CNM, que concentrou seu debate em torno do projeto de Reforma da Previdência, apresentando-a como uma necessidade do país e benéfica aos municípios, o governo anunciou 21 “conquistas”, cuja leitura deixa claro o vazio do discurso. Destacam algumas delas:

- Prometeu enviar em até vinte dias, a partir de 11 de abril, projeto de lei que libera 10 milhões reais

a estados e municípios. Não há sequer a citação de onde viriam tais recursos.

- Apoio à PEC do 1% do FPM. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já encaminhou a formação da Comissão Especial para analisar o texto presidida pelo deputado José Guimarães (PT-CE), tendo como relator o deputado Júlio César (PSD-PI).
- “Vai trabalhar para que seja apresentada uma emenda que permita desonerar os Regimes Próprios de Previdência do Pasep”.
- O Secretário de Previdência prometeu “apoio à emenda” para que os RPPS possam fazer empréstimos consignados a segurados;
  - “Anunciou a intenção de publicar” nos próximos dias revisão possibilitando a alteração da carga horária de médicos/as do Programa Saúde da Família de quarenta para vinte horas semanais;
- Apoio à PEC 61/2015, da então senadora Gleisi Hoffman, aprovada pelo Senado, permitindo transferência de recursos da União diretamente aos municípios;
- Lançar o “Plano Nacional de Segurança Hídrica” com investimentos de R\$ 26,9 bi, sendo R\$ 15,7 bi no Nordeste, até 2035;
- Disponibilizar quatro bilhões de reais, em quatro anos, através do Pró-cidades;
- O ministro Paulo Guedes anunciou “que pretende repartir 70% dos recursos do bônus de assinatura dessa cessão onerosa para Estados e Municípios e também 70% dos royalties gerados através da exploração desses campos...”. Outra para esperar.

Como se pode ver, fora o compromisso em apoiar

a PEC que amplia participação do FPM em 1%, apenas vagas promessas.

Apesar disso, a CNM divulgou essas e outras medidas prometidas de menor importância como uma grande vitória da entidade.

Mesmo assim presidentes de entidades municipalistas estaduais bastante ligadas à CNM, como a União de Prefeituras de Bahia (UPB) e Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), criticaram bastante a postura do governo por só apresentar medidas superficiais e nada concreto.

### **PT Realiza Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas**

Em atividade organizada pela Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (Snai), no dia 8 de abril o PT reuniu em Brasília prefeitos e prefeitas do partido para debater o momento atual e as eleições 2020.

No encontro foi aprovada [carta](#) com posicionamento claro contra o desmonte das políticas públicas levadas a cabo pelo governo Bolsonaro, incluindo a Reforma da Previdência, que, se aprovada, causará enormes problemas nos municípios.

### **Vereadores e vereadoras do PT se reúnem em Brasília**

O PT também reuniu no dia 23 de abril, na sede da ABM, em Brasília, vereadores de diversas cidades para debater a conjuntura, a reforma da Previdência e as eleições de 2020.

O encontro aprovou uma [carta](#) dos vereadores do PT. A perspectiva é de que encontros estaduais sejam realizados, além da intensificação da troca de experiências e de projetos entre os vereadores.